

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.029 - MS (2019/0299875-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : FRANCISCO DE ASSIS DIAS DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : ÉDER MUNIZ DOS SANTOS - MS012295
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por FRANCISCO DE ASSIS DIAS DE OLIVEIRA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, no julgamento do Recurso em Sentido Estrito n. 0000745-35.2019.8.12.0800.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 19/1/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 14 da Lei 10.826/2003 (posse de arma de fogo de uso permitido), tendo o Juízo de primeiro grau, em audiência de custódia realizada em 21/1/2019, concedido a liberdade provisória, mediante a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

Irresignado, o *Parquet* local interpôs recurso em sentido estrito perante o Tribunal de origem, que, em 25/7/2019, deu provimento ao reclamo para decretar a prisão preventiva do ora recorrente. O acórdão ficou assim ementado:

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO MINISTERIAL - POSSE/PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO E ARMA COM NUMERAÇÃO ADULTERADA (ARTIGOS 12 E 16, PAR. ÚNICO, INCISO IV, DA LEI N. 10.826/03) - DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA - REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS - INCURSÕES CRIMINAIS RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS - SEGREGAÇÃO CAUTELAR DECRETADA - RECURSO PROVIDO.

I - Os antecedentes criminais do recorrido e as circunstâncias fáticas aferidas no caso concreto, em especial no momento da prisão em flagrante, permitem um prognóstico acerca da periculosidade do agente e do risco concreto de reiteração delitiva, justificando-se, portanto, a decretação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública. Com efeito, o recorrido, flagrado com armas de uso permitido e com numeração raspada, e diversas munições, já cumpriu pena por delito da mesma natureza (autos n.º 0550259-12.2005.8.12.0048) e, atualmente, responde a outra ação penal

Superior Tribunal de Justiça

pela prática do crime de homicídio consumado (autos n.º 0000300-12.2017.8.12.0048), fatos que realçam indicativos concretos de sua periculosidade.

II - Ademais, sabe-se que "eventuais condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema" (HC 217.175/SP, Rei. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, j. em 12/03/2013).

III - Inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, haja vista que as circunstâncias aferidas no caso concreto demonstram que estas não seriam suficientes para a garantia da ordem pública, considerando-se a censurabilidade das condutas imputadas ao recorrido e, sobretudo, os indicativos de sua periculosidade.

IV - Com o parecer, recurso provido, para decretar a segregação cautelar do recorrido Francisco de Assis Dias de Oliveira (fls. 146).

Os embargos de declaração opostos pela defesa foram acolhidos para sanar omissão, sem efeitos infringentes, em acórdão resumido da seguinte forma:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - JUNTADA DE PETIÇÃO COMPLEMENTAR AOS EMBARGOS IMPOSSIBILIDADE PRECLUSÃO CONSUMATIVA SEGUNDO PEDIDO NÃO CONHECIDO - PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DOS EMBARGOS SUSCITADA PELA PGJ - REJEITADA - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO - PONTO LEVANTADO EM CONTRARRAZÕES PELA DEFESA E NÃO ENFRENTADO NO ACÓRDÃO - POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO - PRISÃO DOMICILIAR - NÃO COMPROVAÇÃO DA IMPRESCINDIBILIDADE DO AMPARO PATERNO AOS FILHOS - ARTIGO 318, INCISO VI, DO CPP - EMBARGOS ACOLHIDOS, PARA SANAR A OMISSÃO APONTADA, SEM, NO ENTANTO, ATRIBUIR-LHE EFEITOS INFRINGENTES.

I - Se a parte apresentou os embargos de declaração em um primeiro momento, ocorre preclusão consumativa, não podendo apresentar nova petição, com ampliação dos pedidos, uma vez que não é aceito no ordenamento jurídico a repetição de atos processuais, operando-se a preclusão consumativa.

II - A despeito da preliminar suscitada pela Procuradoria-Geral de Justiça, os aclaratórios devem ser conhecidos, pois a defesa, em sede de contrarrazões recursais, levantou a questão relativa ao fato de o embargante possuir dois filhos menores os quais dependem de seus cuidados, já que a genitora se encontra em fase terminal em razão de câncer (sic, p. 99), o que permite a discussão

Superior Tribunal de Justiça

acerca da possibilidade de prisão domiciliar. Por óbvio, tratando-se de recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público Estadual em face de decisão que indeferiu o pedido de decretação de prisão preventiva, não caberia à defesa formular pedido de prisão domiciliar em favor do embargante, pois este, naturalmente, estava solto.

III - Conforme permissivo do artigo 318, inciso VI e parágrafo único, do Código de Processo Penal, poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o acautelado for o único responsável pelo amparo do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, desde que comprovado a imprescindibilidade daquele para prover os cuidados do menor vulnerável, o que não ocorre na hipótese em apreço.

IV - Preliminar de não conhecimento rejeitada e, no mérito, embargos acolhidos, para sanar a omissão apontada, sem, contudo, efeitos modificativos (fls. 245/246).

No presente recurso, alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Destaca que as armas foram apreendidas durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão na investigação pela suposta prática do homicídio que lhe foi imputado. Assevera que referido delito ocorreu em legítima defesa e que a suposta vítima seria um traficante pertencente a organização criminosa. Aponta que responde em liberdade a acusação de homicídio, razão pela qual não há justificativa para a decretação da prisão preventiva na presente imputação.

Assevera que as armas apreendidas seriam para se proteger, considerando que vinha sendo ameaçado de morte.

Ressalta a presença de condições pessoais favoráveis e aponta a suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Afirma ser o único responsável pelo sustento e pelos cuidados dos filhos menores de 12 anos, considerando que a genitora das crianças é acometida por câncer e está em fase terminal. Indica, assim, a necessidade da concessão da prisão domiciliar, nos termos do art. 318, VI, do CPP.

Requer, assim, em liminar e no mérito, o restabelecimento da liberdade provisória, mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, com a imediata expedição de alvará de soltura.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator